

Rádios livres em Goiânia no período de redemocratização do país: a história da Rádio Alternativa Nova Esperança¹

Adriana RODRIGUES²

Caroline MENDONÇA³

Elisama XIMENES⁴

Lucas BOTELHO⁵

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo estudar a história da rádio comunitária Alternativa Nova Esperança que foi contemporânea e importante articuladora na luta pela ocupação do Jardim Nova Esperança em Goiânia. Para além disso, o estudo visa contribuir para o enriquecimento dos registros da história da imprensa goiana e brasileira. As metodologias foram levantamento bibliográfico, estudo de caso e entrevista em profundidade. Os resultados esperados e obtidos foram o resgate da história da comunicação vinculada aos movimentos sociais goianos, em específico, aos de ocupação urbana.

PALAVRAS-CHAVE: rádio livre; comunicação comunitária; ditadura militar; Setor Nova Esperança; Rádio Alternativa FM.

INTRODUÇÃO

A construção da cidade de Goiânia, a “princesinha de Goiás”, foi umas das estratégias do Programa Marcha Para o Oeste, idealizado pelo Governo Vargas logo após o Golpe de Estado de 1937 com o objetivo de ocupar a região central do Brasil (BORGES, 2008). A imagem criada e divulgada de cidade-modernidade, cidade-futuro e terra das oportunidades escondia uma dura realidade: a cidade, planejada, não comportava os migrantes e trabalhadores que foram para a região em seus primeiros anos de existência, e, muito menos, após a intensificação, algumas décadas depois, do fluxo migratório advindo do êxito rural.

Entre 1960 e 1970, impulsionado pela política conservadora de mecanização do campo, adotada pelo Regime Militar que vigorava no país, esse êxodo encontrou o seu ápice no país. A industrialização chegava ao campo, e as máquinas tomavam o lugar do homem no

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste realizado de 19 a 21 de maio de 2016.

² Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Jornalismo da FIC-GO, e-mail: adrianarodrigues.jornalismo@hotmail.com

³ Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Jornalismo da FIC-GO, e-mail: carolinemendonza@hotmail.com

⁴ Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Jornalismo da FIC-GO, e-mail: ximenes.ely@gmail.com

⁵ Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Jornalismo da FIC-GO, e-mail: lucasbotelho@gmail.com

trabalho da lavoura. Na cidade, mais amarguras: o cenário urbano também não estava estruturado para receber as milhares de famílias que chegavam dia após dia.

Em Goiânia, a solução para aqueles que não apresentavam a possibilidade de se sustentar nos espaços existentes na cidade foi ocupar as regiões periféricas. Essas ocupações resultaram no que hoje são muitos, se não a maioria, dos bairros (chamados de setores) da cidade. Um desses setores é o Jardim Nova Esperança, que, no documentário *Nossa História Daria um Filme*⁶ é descrito por Edson Lucas Viana – um dos pioneiros do lugar – como “o ícone da terra, da moradia no Brasil”. A história do bairro começa com Ari e João Paulo, que moravam próximos ao córrego Caveirinhas, localizado na região noroeste da cidade de Goiânia.

Era julho de 1979, e além da amizade, uma mesma situação os unia: ambos estavam desempregados e corriam o risco de ser despejados por não terem condições de pagar o aluguel. Foi durante uma atividade habitual para os amigos (a caça à passarinhos em um grande terreno baldio próximo às suas casas) que perceberam que aquele terreno nunca tivera função social – não havia sequer sido cercado. Decidiram, então, construir ali um barraco para morarem.

A habitação foi feita em meio ao cerrado, na tentativa de serem discretos e passarem despercebidos até a solução dos seus problemas. Essa, porém, foi apenas a fagulha inicial de um grande incêndio – dois meses depois, uma multidão também havia encontrado, naquele terreno, a esperança de sair do aluguel, de debaixo da ponte ou de ter seu próprio pedaço de terra, “o sonho de prover uma moradia digna à sua já tão sofrida família” (NOSSA, 2013).

Ainda assim, a ocupação da área do Jardim Nova Esperança aconteceu de forma tão rápida que fez com que muitos na época pensassem que o movimento havia sido planejado por algum grupo organizado, o que nunca foi comprovado. Nilton Rocha (2012, p. 253) diz que:

Eram milhares, entre homens, mulheres e crianças. Quando nasce o sol, um bairro novo povoa a cidade. Plantadas na noite, barracos e cisternas anunciam que essa gente não está de passagem, de pouso. Goiânia fora eleita como nova moradia, ainda que, como ensina a tradição de caminhantes, o êxodo rural continue na cidade.

Um boato de que o terreno pertencia a uma freira que o deixou para os pobres antes de morrer se espalhou rapidamente, encorajando muitos outros a se direcionarem ao local com

⁶ Série de documentários que conta a história dos bairros de Goiânia pela visão de seus moradores. Lançada em 2013, a série é uma produção da TV UFG, canal 14 UHF em Goiânia, e do Telelab, Laboratório de Produções Audiovisuais e Televisivas Integradas, do curso de Jornalismo, da Universidade Federal de Goiás.

toda sua família. Entretanto, não foi fácil para as famílias que se moveram para o terreno permanecer ali. Após dois meses de ocupação tranquila, várias investidas de instituições públicas e privadas foram feitas contra os moradores. Contudo, em contrapartida aos ataques, os moradores se organizavam e fortaleciam para defender seu direito à terra. Uma das integrantes do movimento de ocupação, Maria de Jesus (2009 p. 20) conta que:

Várias foram as tentativas por parte da Polícia Civil, Militar e Federal, no sentido de coibir o avanço daquela organização, mas foi em vão, porque para cada ação da polícia, desencadeava-se uma reação que fortalecia mais ainda a determinação dos invasores.

Assim como a história do Setor Nova Esperança, eclodiam na capital histórias semelhantes de busca por condições mínimas de habitação e que deram origem a outros setores (NOSSA, 2013). Esse movimento fez com que surgissem a União dos Posseiros Urbanos e a Rádio Alternativa Nova Esperança, objeto do presente artigo. Com o objetivo de traçar um panorama da situação das rádios-livres em Goiânia no período imediato ao fim oficial do Regime ditatorial do país, apresenta-se a hipótese de que essa rádio, apesar de não ter existido durante o período oficial do regime, tenha sofrido sanções correspondentes ao mesmo, tendo sido afetada por um Regime Militar simbólico. Metodologicamente, utilizou-se como técnicas, o levantamento bibliográfico, a entrevista em profundidade e o estudo de caso.

DITADURA MILITAR

Uma combinação explosiva de crise econômica, política, social e a insatisfação com o plano das Reformas de base criou o clima para que, em 31 de março de 1964, os militares, com o apoio de políticos conservadores, deflagrassem no país o golpe militar, depondo o presidente Goulart. A princípio o Regime Militar seria um sistema político provisório, cujo intuito era evitar a ameaça comunista, em prol da democracia e da liberdade. Porém, o que se viu foi um período de vinte e um anos, onde sucederam-se os governos militares e, com eles a limitação da expressão do direitos civis e constitucionais, repressão social, perseguição política, prisões e censura. No momento da derrubada do governo constitucional, os proprietários dos meios de comunicação, com algumas exceções, apoiaram o golpe militar.

Em 1968 o governo editou o mais repressor de todos os Atos Institucionais: o AI-5, o ponto culminante da legislação autoritária, que suspendeu as garantias constitucionais ainda existentes. Em 1969, o general Emílio Garrastazu Médici foi indicado a presidência da República, tendo como característica do seu mandato o endurecimento político. Sodré (1983)

explica que nesse momento os jornais e revistas nacionalistas ou esquerdistas foram fechados; instaurou-se rigorosíssima censura no rádio e na televisão; numerosos jornalistas foram presos, torturados, exilados e alguns tiveram seus direitos políticos cassados.

Conforme Godinho (2004, p. 21) “o tiro de misericórdia no monstro escatológico que, durante um decênio, impediu aos brasileiros o acesso à informação honesta e verdadeira” veio com o general João Batista Figueiredo, que assumiu a presidência em 1979. O final do Regime Militar veio com a eleição de Tancredo Neves em janeiro de 1985.

DITADURA MILITAR EM GOIÁS

Em Goiás, o governador Mauro Borges se mostrou favorável ao golpe de 1964 no Brasil. Entretanto, este apoio ao movimento foi uma incoerência política, visto que no dia 26 de novembro foi decretada intervenção militar em Goiás (CARREIRO, 2004; ROCHA, 2003).

Além de bruscas alterações no processo político, com a ruptura da normalidade institucional, o golpe e seus desdobramentos trouxeram angústias e sofrimentos, prisões e torturas (ROCHA, 2003). Os grupos autoritários que dominaram a revolução de 1964, sob o apoio e a proteção dos presidentes militares, escolheram Goiás para instalar suas câmaras de torturas e outros métodos de brutalidade em dependências de unidades federais. Para Rocha (2003), Goiás, proporcionalmente talvez tenha sido o Estado mais atingido pelos efeitos cruéis do movimento militar, sofrendo nas mãos da censura.

PARA ENTENDER A RÁDIO COMUNITÁRIA - O CONCEITO DE RÁDIO APLICADO AO COMUNITÁRIO

Ora, para entender o processo de comunicação com base na apropriação dos meios de forma livre⁷ nos movimentos de ocupação - como é o caso da Rádio Alternativa Nova Esperança - é preciso entender o que está na costura dessa parceria entre os movimentos sociais e as rádios denominadas comunitárias. O rádio contribuiu na construção da identidade nacional brasileira, já que serviu de expressão às diferentes manifestações culturais do país e, também, para uso político e religioso (HAUSSEN, 2004).

Em seu conceito de rádio, Francisco Djacyr S. de Souza mostra o potencial democrático que esse meio de comunicação tem, ao dizer que:

⁷ A palavra livre faz referência ao termo Rádio Livre, que é considerado sinônimo para o termo consensual, Rádio Comunitária.

O rádio é um instrumento de comunicação cujo valor vai além do entretenimento e da informação. Seu papel é forte na concretização da cidadania e na participação dos ouvintes, que podem reivindicar e lutar por seus direitos nas diversas programações radiofônicas do dia a dia. O rádio é um instrumento de participação popular de grande importância no mundo moderno e o quesito interatividade deve ser incentivado em toda a proposta de programação dos meios de comunicação radiofônicos. (SOUZA, 2010, p. 1)

É a partir dessa definição que pode-se enxergar a função da Rádio Comunitária na vida social. Quer dizer, está em sua essência reivindicar e lutar pelos direitos da comunidade nas programações radiofônicas do dia-a-dia. Por isso, é importante entender o conceito de *comunitário*, visto que tal termo vem sendo apropriado pelas grandes mídias.

Para Cicília Peruzzo (1998), designar uma rádio como comunitária é atribuir-lhe um caráter público, de forma que possam contribuir para o desenvolvimento social e na construção da cidadania. Além disso, outra característica que pode dizer se determinada rádio é comunitária ou não é se organizações comunitárias são responsáveis por todo o processo comunicativo, desde a programação até a gestão do veículo (PERUZZO, 1998).

Quando um grupo se propõe a fazer comunicação comunitária - comunicação porque, apesar do veículo ser rádio, o que se faz em tal tipo alternativo de veículo é comunicação, logo, comunitária - tem de ter em mente que não basta que ela seja feita por pessoas dedicadas às lutas sociais. É preciso também conversar com o ouvinte para que possam expor suas reivindicações e divergências, caso contrário, só estará reproduzindo a lógica das mídias autoritárias (CALLADO; ESTRADA, 1985).

Segundo Cicília Peruzzo (1998), as primeiras rádios livres apareceram na década de 1970, no auge da ditadura militar, quando os meios de comunicação estavam nas mãos de grupos privilegiados. Época apropriada, haja vista que a existência de tal meio é revolucionária desde a sua essência. Além do que, num momento de forte censura, era imprescindível o refúgio em meios que tivessem veiculação da informação de forma instantânea⁸ e menos chances de serem controlados pela Regime.

A Rádio Paranóica da cidade de Vitória, Espírito Santo é a primeira experiência de que se tem registro (PERUZZO, 1998). Enquanto a Agência Nacional estabelecia que todas as

⁸ Instantâneo por dois motivos: o primeiro que o Radiojornalismo não permite que o ouvinte “leia” novamente a notícia para entender, ou volte o tempo para escutar de novo. E o segundo porque o jornal para o rádio, diferente do jornal impresso ou da televisão, não vai pronto ao estúdio, é um jornal aberto que não se limita à divulgação dos fatos ocorridos (BARBEIRO; LIMA, 2001)

emissoras de rádio no país tinham que transmitir o noticiário *A voz do Brasil*⁹, o slogan da Paranóica era “a única que não entra em cadeia com a Agência Nacional”.

Em Goiás, estado em que se situa o objeto de estudo deste artigo, a história da rádio comunitária está imbricada com os movimentos sociais, principalmente os de ocupação. Isso porque diante das poucas condições infraestruturais um radinho de pilha pode ser tudo que as pessoas têm para se comunicar com o mundo e entre si. E também porque a montagem de uma rádio não demanda altos investimentos de pessoal e equipamentos; com uma antena, um transmissor, um cabo, um microfone e um gerador de energia, é possível colocá-la no ar.

Não se tem aqui uma pesquisa aprofundada de todas as rádios comunitárias de Goiás, mas a partir da história de luta e resistência da Alternativa Nova Esperança consegue-se entender um pouco deste processo. Ao menos espiar os ideais que os motivaram e entender como os militantes e atuais moradores do Bairro Nova Esperança compreenderam que além da luta pelo lugar, é preciso ocupar e resistir o ar, as redes de comunicação, até que se conquiste a reforma agrária e/ou urbana.

RÁDIO ALTERNATIVA NOVA ESPERANÇA: A LUTA SIMBÓLICA

“É preciso travar e ganhar também a batalha da informação¹⁰”. De acordo Nilton Rocha¹¹, essa frase demonstra, do ponto de vista da pesquisa e estudos em comunicação, a extraordinária clareza dos posseiros de que o embate estava na esfera simbólica. O movimento de ocupação e formação do Jardim Nova Esperança é uma história que não pode ser contada desvinculada da trajetória de comunicação e política, que foi articulada entre os posseiros e jornalistas. Uma relação que ultrapassa fronteiras e nos leva à compreender que o exercício do jornalismo pode ser um gesto partilhado nas alternativas libertárias ou na docência numa perspectiva popular (Rocha, 2012).

A relação de cooperação entre os sujeitos das duas classes se explica ao se considerar o contexto da repressão e cerceamento das atividades jornalísticas do Regime Militar e da luta pela democratização da terra e pelo direito à moradia empenhada pelos posseiros do bairro, ocorridos no mesmo período histórico e político do Brasil. O processo que deu origem a Rádio Alternativa do Jardim Nova Esperança está ligado a dois sujeitos importantes: a União

⁹ A Voz do Brasil está no ar há mais de 70 anos. O programa tem uma hora de duração. Os primeiros 25 minutos são produzidos pela EBC Serviços e levam aos cidadãos as notícias, de seu interesse, sobre o Poder executivo. Os demais 35 minutos são divididos e de responsabilidade dos Poderes Judiciário e Legislativo. (EBC, 2014)

¹⁰ Frase de Robinho Azevedo, um dos líderes da ocupação do Jardim Nova Esperança e um dos fundadores da Federação dos Posseiros.

¹¹ Nilton José dos Reis Rocha- jornalista e professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Goiás.

dos Posseiros Urbanos¹² e a Cooperativa dos Jornalistas Profissionais¹³. Na Cooperativa havia um núcleo chamado Pequenas Publicações, que cuidava especificamente dessa vertente popular e Nilton Rocha foi indicado como coordenador.

Devido a Cooperativa já ter muitos jornalistas com inserção nos movimentos populares, os posseiros urbanos pediram o seu apoio para fazer um jornal. Nilton Rocha dá ênfase no entendimento que os posseiros tinham em relação a função social da terra prevista na Constituição e a necessidade que tinham de ter uma veículo de comunicação para difundir esse conhecimento e os ideais da ocupação:

Quando a União dos Posseiros procuraram a cooperativa para pensar o jornal, eles entendiam que a ação de ocupar é uma ação que não desrespeita a Constituição. Uma vez que no preâmbulo da mesma se estabelece a função social da terra, sendo que áreas improdutivas, feitas para especulação na cidade ou no campo fere este princípio (ROCHA, 2014).

Assim foi criado o jornal *Quatro de Outubro, a luta pela posse da terra*, em referência ao dia de grande conflito e enfrentamento pela ocupação no Jardim Nova Esperança; tendo o mesmo cumprido um papel muito importante. No entanto, apesar da palavra escrita ter uma dimensão muito forte¹⁴, como parceiros do movimento social, o pessoal da Cooperativa percebeu que deviam ir além do jornal, era necessário chegar à apropriação da construção de imagens e do espectro eletromagnético, a rádio (ROCHA, 2014).

Por conta da dimensão da cidade e do número de posses urbanas (a partir do Nova Esperança “pipocaram” ocupações), os posseiros também perceberam que era preciso ampliar os mecanismos de comunicação. Mas até a concretização da rádio, a comunicação no Jardim Nova Esperança passou por um processo muito interessante, pois “As pessoas tinham supostamente um baixo nível de escolaridade, mas eles criam e financiam primeiro a palavra

¹² Movimento político de luta por moradia em Goiânia, que primeiro foi denominado de União dos Invasores. A União das Invasões apoiou todas as ocupações que aconteceram na capital goiana. Mais tarde, no final da década de 1970, conforme o movimento foi se consolidando, o nome foi alterado para União dos Posseiros Urbanos.

¹³ Entidade que tinha uma vertente que se preocupou em se aproximar e trabalhar com uma comunicação compartilhada, ou alternativa como era chamada à época, com os movimentos sociais.

¹⁴ Esse papel foi descoberto muito tempo depois. Rocha (2014) critica que há toda uma herança teórica que diz que pessoas de periferia não leem. Mas com o *Jornal Quatro de Outubro*, se percebeu que essa pessoas liam sim. Pois, nas famílias populares há leitura coletiva, quem sabe ler, lê para quem não sabe, e isso é feito principalmente pelas crianças e adolescentes, que segundo Rocha não são considerados em estudos sociológicos, nem antropológicos e muito menos em estudos da comunicação.

escrita- o *Jornal Quatro de Outubro*- depois saltam para o vídeo popular, se cria a TV Ambulante¹⁵, e se chega à rádio” (ROCHA, 2014. Grifo nosso).

RÁDIO VENCEREMOS - O EMBRIÃO

Após diversas reuniões na Associação de Moradores do bairro com representantes de associações e com as próprios moradores sobre um meio de uma comunicação mais eficiente e de fácil acesso à comunidade, surge a Rádio Comunitária Popular, no início chamada de Rádio Venceremos, que mais tarde viria a ser a Rádio Alternativa FM 102,3 HTZ (RODRIGUES, 2009). A ideia de organizar a rádio partiu de um grupo de amigos composto por Joda José dos Santos, Hélio Antônio de Oliveira, Robinho Martins de Azevedo e alguns artistas de música sertaneja como Gilmar Pascoal de Oliveira e Tião do Laço, em meados do ano de 1981.

Rocha (2014) lembra que a Rádio Meia Ponte de Pirenópolis, pioneira do movimento de rádios livres em Goiás, foi inspiração para o grupo de Goiânia. Hélio Antônio de Oliveira explica como foram os primórdios da Rádio Venceremos:

A rádio começou numa grande feira do bairro, que acontece até os dias de hoje, com alto falantes, amplificadores, microfones. A rádio servia tanto para comunicar com a comunidade e transmitir informações de utilidade pública, como para lazer e atividade cultural, com shows ao vivo de violeiros e apresentações de poesia, contadores de história (OLIVEIRA, 2014).

Essa feira funcionava em frente à casa de Robinho Martins de Azevedo e de sua mulher Geralda Santa Barbara. Neste período, a rádio também era emprestada para outras comunidades como as do Parque Anhanguera e do Jardim Botânico, sendo que os moradores mesmo é que levavam os aparelhos para as outras áreas de posse (OLIVEIRA, 2014). Com o passar do tempo, as lideranças e os próprios moradores do Jardim Nova Esperança se organizaram para ampliar a Alternativa FM, como conta Oliveira (2014), lembrando o slogan da rádio com orgulho:

Assim, eu e Robinho fomos a Brasília e encomendamos de uma pessoas que fabricava um amplificador que tinha a qualidade de equipamentos das rádios convencionais. Era um amplificador pequeno, mas muito bem montado. E aí montamos realmente a Rádio Alternativa FM 102,3 Quilohertz de emoção.

¹⁵ Conforme Rocha (2014), a TV Ambulante surge primeiro que a rádio, por dois motivos: porque as lutas eram muito imediatas, era preciso registrar com a mesma rapidez e porque o risco de colocar uma rádio comunitária no ar era imenso, pois esse tipo de rádio estava enquadrada como crime na lei de segurança nacional no período do Regime Militar.

JORNALISMO COMPARTILHADO

Por pressão dos estudantes, no ano de 1984 a disciplina Comunicação Comunitária foi incluída no currículo do curso de Rádio e TV da UFG. Nilton Rocha assume a nova matéria com a responsabilidade de levar para a universidade a trajetória e experiência adquirida na Cooperativa com os movimentos sociais. Por meio da disciplina um espaço foi disponibilizado na Rádio Universitária, como relata o professor:

Nós ganhamos um espaço das 16:00 às 18:00 horas no final de semana e criamos um programa chamado *A outra face*, que ficou sete anos no ar. O *A outra face* teve grande audiência na periferia na época, porque a cada programa, representantes de uma posse urbana de Goiânia iam para a Rádio Universitária (ROCHA, 2014. Grifo nosso).

Nesse período, por meio da Rádio Universitária, houve um intenso intercâmbio de conhecimentos e troca de informações entre os alunos da UFG e a comunidade do Jardim Nova Esperança, na busca de alternativas que privilegiasse a comunicação numa perspectiva popular e comunitária. Ou seja, que desse voz aos movimentos sociais, a partir deles mesmos e não por meio dos veículos tradicionais, que noticiavam as ocupações sob o viés de interesses hegemônicos. Posteriormente, houve um conflito interno na Rádio Universitária e o programa *A outra face* foi tirado do ar. Diante disso, Nilton Rocha propôs a um grupo de estudantes, que as práticas de rádio fossem realizadas na Rádio Alternativa no Jardim Nova Esperança.

Conforme Rodrigues (2009), por volta de 1987, a Rádio Alternativa se firmou com uma programação permanente que ia ao ar aos sábados e domingos. Nessa grade, durante toda parte da manhã das 9:00 às 12:00, era veiculado na rádio um programa jornalístico com notícias locais, nacionais e internacionais feito por estudantes da UFG. Brasilino (2014) relata que os alunos saíam de suas casas aos domingos para trabalhar na rádio comunitária sob a orientação do professor Nilton Rocha. E para a produção do material sobre as ocupações, os alunos dividiam entre si os gêneros que mais os interessavam. O ex- aluno conta que continuou com o trabalho voluntário na Rádio Alternativa mesmo depois do término do curso.

Porém, como as rádios comunitárias não eram legalizadas naquela época, receosos, muitos alunos foram encerrando as programações ao longo do tempo (BRASILINO, 2014). Mesmo assim, para Rocha (2014) a Rádio Alternativa FM, que começou como Rádio Venceremos e que inicialmente era uma experiência de resistência e de mobilização, passa a ser não apenas um meio de comunicação, mas também um elemento de organização social e de aprendizado.

102,3 DE QUALIDADE

De acordo com Oliveira (2014), por volta de 1990 a rádio estava toda equipada com antena, transmissor, mesa de som, “retorno” e microfones.

Nós investimos muito, montamos mesmo uma rádio, compramos equipamentos de altíssima qualidade, para não dar “chiadeira”, o salão de mais de 70 m² pra caber muita gente pra assistir ao vivo às programações. Íamos construir um cômodo com acústica, para não ter interferências externas e para o som sair com qualidade (OLIVEIRA, 2014).

Oliveira (2014) lembra que o pessoal da rádio saía de carro com o som ligado, sintonizado na Alternativa FM para testar o alcance do sinal da rádio, que “pegava” em toda a região do Jardim Nova Esperança e até no Jardim Guanabara, Vila Mutirão e no Jardim Curitiba. A verdade é que a Rádio Alternativa, também chamada de “o alto da poeira”, envolvia toda a região Noroeste na época.

Todos da comunidade tinha espaço, “vinha violeiros, cantores e repentistas de vários locais, como do setores Santos Dumont e Cândida de Moraes, para participar” (OLIVEIRA, 2014). A programação da Rádio era extensa, começava às sete da manhã e prosseguia até a noite; nos finais de semana era ainda mais movimentado, porque havia concorrência entre os moradores para a apresentação de programas. Aos domingos à tarde, Joda José dos Santos comandava um programa de moda de viola ao vivo, que realizava torneios e concursos.

Oliveira (2014) relembra com empolgação que esse programa era feito na sede da Associação de Moradores e que “os violeiros faziam fila para se inscreverem e concorrerem; era um sucesso total!”. O próprio Hélio Antônio de Oliveira e um dos seus companheiros, Paulo César, apresentavam um programa de músicas goianas, também aos domingos, que tinha o propósito de divulgar a cultura de raiz e regional. O programa tocava músicas de cantores como Marcelo Barra, Juraildes da Cruz, Pádua, “tínhamos um acervo riquíssimo de CDs e fitas cassetes e vinis”, ressalta Oliveira (2014).

É pertinente mencionar que apesar da Rádio Alternativa FM ter sido montada na Associação de Moradores do bairro, mudava sempre de local, devido aos “resquícios da ditadura”, uma vez que a Anatel rastreava as ondas eletromagnéticas com base na latitude e longitude para ver em qual quadrante a rádio estava (OLIVEIRA, 2014.). Em uma semana a rádio ficava na Associação de Moradores, em outra na Cooperativa de Consumo (onde foi

construído uma espécie sobradinho para escondê-la), outras vezes funcionava próximo a Associação de moradores num cômodo alugado.

O FIM

Com o passar do tempo, a rádio começou a ser levada para outras atividades culturais. E, nas palavras de Oliveira (2014), “na última, fatídica e melancólica” transmissão da Rádio Alternativa que ocorreu em 1992, o equipamento havia sido emprestado para a cobertura de um Congresso, que estava acontecendo na Casa de Cultura do Ênio Brito¹⁶, que se localizava na travessia do Viaduto da Avenida Anhanguera com a Vila Bandeirantes.

De acordo com os relatos de Oliveira (2014), nesse evento, o locutor que estava fazendo a transmissão na rádio provocou a Polícia Federal dizendo: “Aqui é rádio Alternativa e nós vamos continuar com o movimento da rádio livre e tal”. Ocorre que alguém ligou solicitando as informações da localização correta da Rádio, com o pretexto de que estava perdido e queria participar do Congresso. “O locutor passou o endereço no ar e não demoraram cinco minutos a Polícia Federal “baixou” com mais de 50 policiais armados até os dentes e com viaturas; fecharam a região e prendeu a rádio, os transmissores e o locutor” (OLIVEIRA, 2014).

Ele ainda descreve, extremamente emocionado, como a polícia foi violenta no momento da prisão do locutor e dos equipamentos da Rádio Alternativa:

Eles como sempre, só não quebraram membros do locutor, mas deu aqueles esfregas de deixar vermelho; até porque ele, não se intimidou e continuou no microfone: “a polícia está entrando, partindo pra cima, a polícia tá aqui, invadiu a rádio, vai quebrar a rádio, prenderam a rádio agora”. Eles moeram ele no cassetete. E alguém ouvindo a rádio entrou em contato comigo imediatamente (OLIVEIRA 2014.)

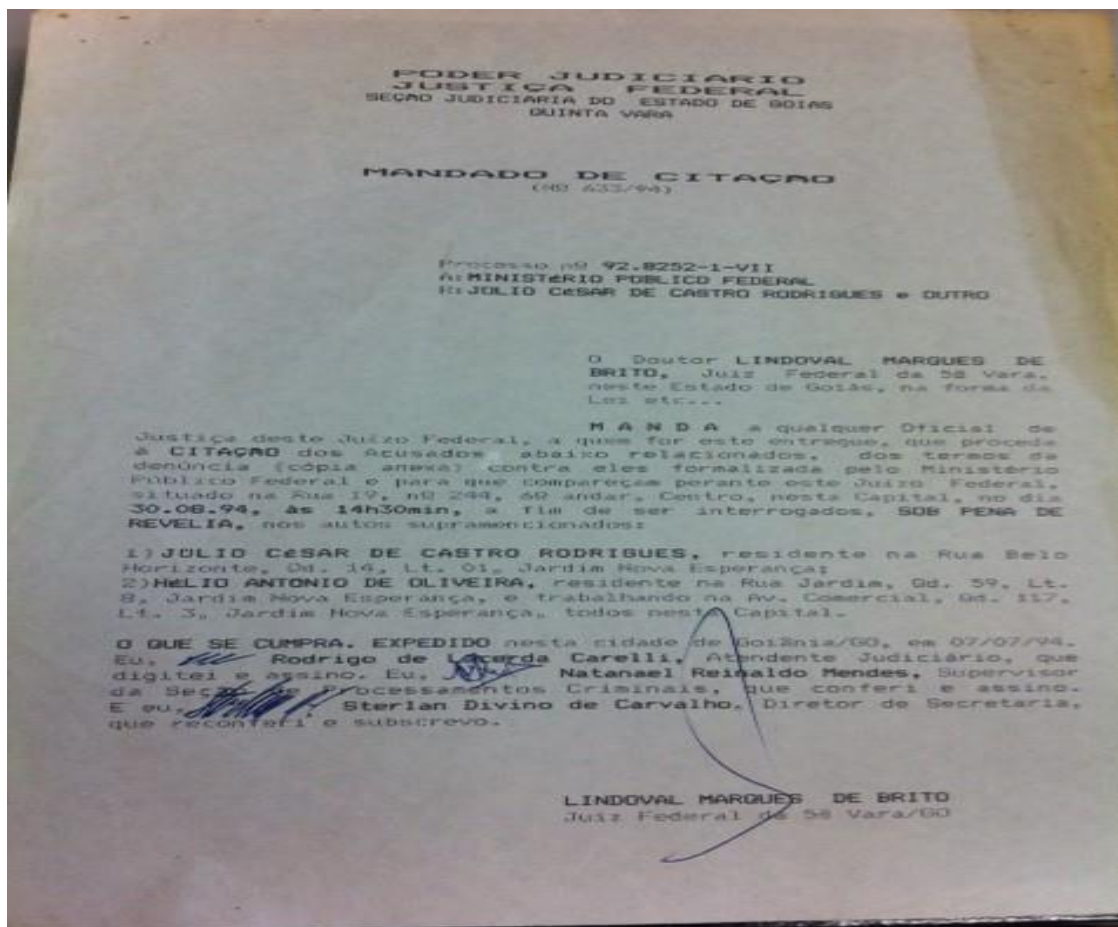
A comunidade do bairro e principalmente quem estava envolvido diretamente com a rádio, tinha informações de que as transmissões vinham sendo monitoradas, porque vez ou outra alguém dizia que viu passar o carro da Polícia Federal ou da Anatel, “aí por uns momentos a gente desligava os transmissores e sumia” (OLIVEIRA, 2014). Além disso, como o Congresso na Casa de Cultura estava sendo anunciado nas programações há algum tempo, não foi difícil localizar a rádio no dia do evento, “e é claro, sem sombra de dúvidas foi

¹⁶ Ênio Brito de Sá é graduado em Letras, é escritor, poeta, compositor. Foi um dos protagonistas da criação do Movimento de Resgate da Identidade Cultural, ao lado de posseiros da Vila Coronel Cosme de Goiânia, participou de movimentos de luta pela posse da terra e promoveu Congressos de Entidades Culturais, quando uma série de intervenções sociais foi realizada a favor das classes populares.

a Polícia Federal que ligou, porque imediatamente ela chegou e prendeu a rádio”, conclui Oliveira (2014).

Na delegacia, quando os policiais perguntaram ao locutor de quem era a rádio, ele disse que era de Hélio Antônio de Oliveira e de Júlio de Castro, o rapaz que tinha montado a aparelhagem. Assim, um processo foi gerado contra Oliveira na 5ª vara criminal, processo número 928252-1, número VII na 5ª vara federal. Ele foi atuado com base no artigo 70 da Lei 4.117 de 1962 e a Lei 236 de 1977:

Imagem: Mandado de Citação de Hélio Antônio de Oliveira



Fonte: Acervo pessoal de Hélio Antônio de Oliveira. Foto: Érica Reis (2014)

Oliveira (2014) ressalta que essas são justamente as leis sancionadas no período da Ditadura Militar e influenciadas pela mídia tradicional, que não aceita concorrência, nem uma programação feita para e com a colaboração das comunidades. O inquérito foi gerado na Polícia Federal e a denúncia foi feita pelo Ministério Público contra Hélio Antônio e Júlio de Castro em 26 de Novembro de 1992. No entanto, o caso demorou a ser julgado:

O tempo passou e eu fui olhar o processo, o ano era 1996, e esse tipo de crime prescrevia em quatro anos, sendo que a pena máxima era de dois anos. Entrei com o pedido de prescrição e realmente o crime estava prescrito e eu fui absolvido. Mas deixou uma marca... (OLIVEIRA, 2014)

A sentença foi dada pelo juiz Lindoval Marques em 14 de fevereiro de 1997. E nela, o juiz determinou que todos os equipamentos que compunham a rádio fossem devolvidos a Hélio Antônio de Oliveira, menos os transmissores. Porém, quando ele foi buscar a aparelhagem no depósito da Polícia Federal, constatou que os aparelhos que estavam lá não era os da Rádio Alternativa. Os policiais foram questionados sobre a aparelhagem não ser aquela que se encontrava no depósito. No entanto, segundo Oliveira (2014), o policial afirmou que se ele quisesse levar aqueles equipamentos que levasse, se não, o problema era dele. Assim com essas palavras, com essa forma de tratamento.

O que eu deduzo? Que eles pegaram aquela aparelhagem, excelente, nova, e levou pra casa, alguém do depósito ou da própria polícia; porque eu olhei todo o depósito e não localizei os nossos equipamentos, e eu conhecia, porque fomos nós que montamos (OLIVEIRA, 2014)

Com pesar, Oliveira (2014) ainda pormenoriza os itens da aparelhagem da rádio que “desapareceram”:

CDs, fitas cassete, microfones de altíssima qualidade, antena de 10 metros, uma mesa de som caríssima, de alta potência que nós compramos, tudo desapareceu no depósito público da polícia federal. Até os bilhetinhos que a gente estava guardando para fazer a história da rádio, centenas de bilhetinhos como: eu quero pedir essa música, é aniversário de fulano, missa tal dia, o culto na igreja tal, o supermercado tal tem uma promoção aqui, que não eram cobrados para ser divulgados, todos sumiram.

É importante ressaltar que não só os aparelhos necessários para instalação e funcionamento da rádio desapareceram, todo o acervo de entrevistas, eventos e programas transmitidos pela Alternativa FM gravados em fitas, se perdeu. Não havia outras fontes documentais para que futuramente a história da rádio fosse escrita, a não ser o material que eles iam guardando (OLIVEIRA, 2014). Dessa forma, um patrimônio interessante e significativo que serviria para recontar a história da rádio, do bairro, das lutas populares pela moradia, da comunicação comunitária em Goiás e da própria história de Goiânia, foi extraviado.

De acordo com Oliveira (2014), a década de 1990 foi marcada por movimentos de rádios livres, sempre havia encontros, congressos, inclusive com a participação de alunos da UFG e do professor Nilton Rocha. Nesse período, vários outros bairros de Goiânia implantaram seus transmissores de radiodifusão, forçando a Anatel discutir o assunto. Posteriormente, a Anatel abriu uma licitação para rádios comunitárias e a Rádio Alternativa foi inscrita para ter concessão, porém não obteve. Oliveira descreve a tentativa de legalização:

Fizemos todo o processo para legalizar a Rádio Alternativa, que corresponde ao número 53670.0001-37/99, processo esse que deve estar em Brasília até hoje, liguei várias vezes, estávamos aguardando, mas ficamos desarticulados, acabou que esquecemos da rádio. Mas, vamos nos mobilizar novamente e tentar reabrir a rádio no Nova Esperança (OLIVEIRA, 2014).

A rádio - com transmissor, com organização e que dava pra ser ouvida no carro, em longas distâncias - durou cerca de dois anos. Mas desde a idealização, o início como Rádio Venceremos para então chegar a Rádio Alternativa 102,3 FM, foram aproximadamente dez anos. "Corremos da ditadura, fugimos da perseguição, da Anatel e do monopólio da comunicação. Mas, foi uma experiência fantástica de cultura, lazer e informação", conclui Oliveira (2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente que a experiência da rádio Alternativa FM do Jardim Nova Esperança, mesmo tendo ocorrido num período de reestruturação de instâncias democráticas no país, foi decisivamente influenciada pela relação do movimento social que a organizava, no caso os movimentos de ocupação urbanas em Goiânia, com a repressão orquestrada pelo governo militar para desmantelar tais ocupações.

A tomada de consciência sobre a necessidade de direcionar a comunicação intramovimento, iniciada com o *Jornal Quatro de Outubro*, já era uma estratégia clara para tentar romper o cerco que o governo impunha à estas coletividades. E conforme crescia as ocupações urbanas na cidade desdobravam-se novos mecanismos para compor este “front midiático”, como a TV Ambulante e as primeiras transmissões e estruturas da rádio Venceremos e, mesmo da Alternativa. Contudo, é importante salientar que no período em que a Rádio Alternativa funcionou de maneira mais consistente, entre 1987 e 1992, não existia mais uma ditadura.

O fato de uma lei específica ter sido criada por um regime militar e ainda estar em vigor não significa que o atual período também seja militarizado. Este é um aspecto fundamental da reflexão sobre o caso, já que a decisão dos organizadores de desobedecer a lei que proibia a radiodifusão comunitária (Decreto-Lei 236/67 que complementou a Lei 4.117/62), aprofundar o funcionamento e o investimento técnico e enfrentar as iminentes restrições e punições judiciais foi tomada tendo em vistas, também, um cenário de maior abertura e possibilidades de relacionamentos com instituições como universidades, sindicatos e cooperativas.

Cabe um estudo futuro para elucidar e refletir sobre qual o real impacto que o relacionamento entre os ocupantes do Jardim Nova Esperança e o curso de rádio e TV provocou, em termos de difusão do conhecimento técnico e teórico, na capacitação dos ocupantes que organizaram a Rádio Alternativa. Houve alguma democratização ou massificação deste conhecimento entre os moradores? Após esta parceria a comunidade elaborou outras formas de comunicação, não necessariamente radiofônicas, apoiadas no conhecimento adquirido? É triste saber que muitas das respostas foram destruídas nos depósitos da Polícia Federal com as fitas que guardavam o registro de programas e entrevistas.

Se por um lado a criação da Lei 9.612/98 regulamentou a radiodifusão comunitária e permitiu que um amplo setor da comunicação saísse da marginalidade, por outro estabeleceu uma série de parâmetros que não contemplam as necessidades específicas de cada região ou comunidade. Ambiguidades jurídicas também permitem que, muitas vezes, o que deveria ser comunitário sirva aos desígnios de instituições político-partidárias, religiosas e outros grupos com interesses econômicos obscuros. Tudo isto coloca na ordem do dia a discussão sobre a democratização dos meios de comunicação, não apenas no que diz respeito à criação de pequenos espaços que vão atingir um recorte espacial muito específico, mas, principalmente, na possibilidade das grandes estruturas e veículos existentes serem colocados à disposição das comunidades.

REFERÊNCIAS

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Roberto. **Manual de radiojornalismo**. 3a ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro. **Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no cerrado**. 2012. 421 págs. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Goiás.

BRASILINO, Brasil, um dos estudantes de jornalismo da UFG que participou da Rádio Alternativa. Entrevista concedida a Caroline Mendonça em 02 de Dezembro de 2014.

CALLADO, Ana Arruda; ESTRADA, Maria Ignez Duque. **Como se faz um jornal comunitário**. 2 a ed. Petrópolis: Editora Vozes limitada, 1986.

CARREIRO, Marcos Nunes. **A verdade sobre o golpe militar em Goiás**. Jornal Opção [online], Goiânia, 5 mar. 2004. Especial 50 Anos do Golpe de 64. Disponível em: Acesso em: 20 nov. 2014.

GODINHO, Jávier. **A imprensa amordaçada**: contribuição à história da censura no Brasil - 1964-1984. Goiânia: Contato Comunicação, 2004.

HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio brasileiro**: uma história de cultura, política e integração. In: Barbosa Filho, Piovesan e Beneton (Orgs.). **Rádio – sintonia do futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 51-62.

NOSSA História Daria um filme. Site da FIC/UFG, 13 de out 2013. Disponível em: <https://www.fic.ufg.br/n/76240-nossa-historia-daria-um-filme>> Acesso em: 15 de Novembro de 2014.

OLIVEIRA, Hélio Antônio de, advogado e um dos fundadores da Rádio Alternativa FM. Entrevista concedida a Adriana Rodrigues e Érica Reis Jeffery Ferreira em 20 de Novembro de 2014.

PERUZZO, Cicilia M.K. **Comunicação nos movimentos populares** - a participação na construção da cidadania, 1998. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>>. Acesso em 20 de Novembro de 2014.

ROCHA, Hélio. **Sete décadas de Goiânia**. Goiânia: Contato Comunicação, 2003.

ROCHA, Nilton. **Entre a insubmissão social e a revolução tecnológica**: caminhos e descaminhos da grande reportagem na América Latina. *Atualidades – Estudos Contemporâneos em Jornalismo*. Goiânia, GO, coletânea 1, p. 247-270, 2012.

ROCHA, Nilton jornalista e professor do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Goiás. Entrevista concedida a Adriana Rodrigues em 6 de Novembro de 2014.

SODRÉ, Néelson. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.